PREFÁCIO

Margarida Genevois[1]

É uma grande alegria saudar este livro, seus bravos autores e organizadores. Surge em boa hora, pois novamente nos vemos acossados pelo acirramento da discussão (e da deturpação) sobre o significado dos direitos humanos e, em decorrência, pelas tentativas de desmoralização de seus defensores e de suas entidades.[2]

Já passamos por isso e sabemos que a melhor resposta é unirmos as forças e afirmarmos, cada vez mais, em público, que democracia e direitos humanos andam necessariamente juntos: não há democracia sem respeito aos direitos humanos, assim como não é possível garantir quaisquer direitos fora do regime democrático. Portanto, todos os que se dizem democratas – dos governantes ao cidadão comum – devem coerentemente participar desse esforço e dessa luta, que é permanente e se dá em várias frentes da vida em sociedade.

Sabemos, também, que a união de forças será tanto mais frutífera quanto mais orientada para projetos de formação e vivência em Direitos Humanos. Foi o que aprendemos em nossa trajetória na Comissão Justiça e Paz de São Paulo; chegamos à conclusão de que o melhor trabalho a ser feito, a partir do fim dos "anos de chumbo", era a criação e a implementação de um projeto – que logo se tornou prioritário – de Educação em Direitos Humanos.

Durante a ditadura, a luta contra o arbítrio e contra todo tipo de violência causada pelo terrorismo do Estado tornava obviamente prioritária a defesa dos Direitos civis e políticos e das liberdades individuais. Com a "abertura", nossa preocupação voltou-se para os direitos econômicos,

---

1 Socióloga, Presidente Emérita da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Fundadora e Primeira Presidente da Rede Brasileira de Direitos Humanos, Membro do Conselho da Comunidade Solidária, Membro do Conselho do Conectas, Membro da Direção da Escola de Governo da USP.

2 Ver as discussões provocadas pelo filme brasileiro *Tropa de Elite* (out.2007), bem como toda a polêmica em torno da atuação violenta da polícia no Rio de Janeiro e em São Paulo. O mesmo ocorreu por ocasião do referendo do desarmamento. Ver, também, a discussão sobre políticas públicas de atendimento aos mais carentes, com a polêmica que opõe "direitos focados" e "direitos universais".

sociais e culturais, sempre tão negados num país marcado por desigualdades e desequilíbrios de toda sorte.

Nesse sentido, nossa experiência revela um processo de consciência e de luta pelos direitos humanos que é exemplar para desvelar, na realidade brasileira, *a evolução da defesa dos perseguidos pela ditadura militar para, finda a repressão política, o reconhecimento e a luta pelos direitos de todos, com ênfase naqueles que "não têm voz": os pobres, os presos comuns, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.* Em outras palavras, vivemos uma tomada de consciência político-social de que a violação de direitos humanos no Brasil - se apareceu exacerbada durante a ditadura, atingindo duramente membros das classes médias, geralmente poupadas – é uma trágica realidade quotidiana, atingindo com prioridade os "sem classe", ou de "última classe".

Percebemos, claramente, que justamente os mais carentes de direitos também sofriam de enorme carência das mais comezinhas informações sobre os direitos e as maneiras de reivindicá-los. Ou seja, persistiam, aí, as noções tradicionais de favor, tutela, caridade. Democracia, uma palavra vazia; política, uma ilusão; direitos, um luxo...

Por outro lado, nos meios ditos cultos e bem informados, convivemos com o ceticismo ou a deturpação dos direitos humanos, muitas vezes encarados como ameaça aos "humanos direitos" ou como obstáculo à manutenção do mando e dos privilégios dos "de cima". Democracia continua uma palavra vazia e direitos, apanágio de "quem pode".

Deste cenário desalentador surgiu com muita força o que, hoje, nos parece óbvio: embora seja necessário e indispensável, não basta reconhecer e afirmar os direitos no plano político e jurídico. É preciso realizar, acima de tudo, um trabalho de formação, que atinja corações e mentes. Um trabalho de educação no sentido mais amplo, que parta da consciência dos valores para o convencimento de que sua transformação em práticas é o único caminho para a construção de uma sociedade justa para todos.

Nosso querido e saudoso mestre Paulo Freire inspirou, acompanhou e sempre apoiou esse trabalho, inclusive aproveitando sua atuação na Secretaria da Educação em São Paulo, na gestão de Luisa Erundina. Com seu incentivo, organizamos dezenas de cursos de formação em Direitos Humanos na rede municipal, priorizando os professores, multiplicadores por excelência.

Os cursos sempre começam pela valorização da dignidade da pessoa humana – cada ser é único e tem direitos intrínsecos à sua própria

natureza, direitos que são iguais a todos, universais, indivisíveis, reclamáveis e inalienáveis. A preocupação foi sempre mostrar que existe, sim, uma teoria que sustenta a afirmação histórica dos Direitos Humanos, mas ela será estéril sem as garantias concretas (dever do Estado e da sociedade) e a vivência de cada dia.

Para essa tarefa educativa, foi extremamente importante nossa integração solidária com países da América Latina, também confrontados com problemas semelhantes, e já atuando em projetos pedagógicos. Começamos uma valiosa parceria com o Instituto Latino Americano de Direitos Humanos, sediado na Costa Rica, assim como com a Rede Latino Americana de Educação em Direitos Humanos.

Constatamos que diversas ONGs, que como nós lutaram por Direitos Humanos em seus países durante as ditaduras, tinham chegado à conclusão de que Educação em Direitos Humanos era o trabalho mais útil a ser feito; naquele momento, além de novas leis e Constituintes, era preciso educar para a democracia. O que significa que os cidadãos tenham noção de seus direitos e deveres e que lutem por eles

Foi nesta época que se deu nosso encontro com o pioneiro educador Perez Aguirre, presidente do SERPAJ (Serviço Paz e Justiça) de Montevidéu. Traduzimos seu belo livro *DIREITOS HUMANOS – pautas para uma educação libertadora*, adaptando-o para o nosso contexto. Este livro seminal foi precioso para nosso trabalho e continua inspirador de várias equipes pelo país e pela América Latina.

Além dos projetos na Comissão – e em decorrência deles – fundamos em 1995 a REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Outros movimentos no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Nordeste participam com suas entidades e seus militantes.

Atualmente, a maioria dos membros da diretoria da REDE faz parte do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal, com sede em Brasília. Foi especialmente importante sua colaboração para a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Este livro, reitero com entusiasmo, encheu-me de grande alegria. Os vários enfoques abordados pelos que aqui escrevem abrem um leque imenso de caminhos e ações, mas todos são unânimes em dizer que Direitos Humanos devem ser introjetados e vivenciados.

Educação em Direitos Humanos é uma bandeira de Justiça, Liberdade, Solidariedade, Igualdade, Paz e Tolerância. Valores e práticas que dão um sentido profundo não apenas ao nosso trabalho, como, sobretudo, às nossas vidas. Direitos Humanos são um compromisso de mudança, de transformação para uma sociedade mais justa e solidária.

Desejamos, de coração, que todas as idéias aqui expostas entusiasmem seus leitores e os tornem verdadeiros militantes de direitos humanos.